



GT 010. Antropologia da Economia

Arlei Sander Damo (UFRGS) - Coordenador/a
Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta
(Instituto de Estudos Sociais e Políticos) -
Coordenador/a, Gustavo Gomes Onto (UFRJ) -
Debatedor/a, Lúcia Helena Alves Müller (Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande dos Sul) -
Debatedor/a

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos outros. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja a economia ou que caracterize algo prático, teoria ou econômico. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicas voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dívida, a política, as moralidades e assim por diante.

Significados, critérios e visões sobre ser pobre entre beneficiárias do Programa Bolsa Família

Autoria: Michele de Lavra Pinto

No Brasil há uma crescente produção multidisciplinar de works que discutem e analisam os efeitos das Políticas Públicas, entre as quais as Políticas de Transferência de Renda com condicionalidades, e seus impactos para erradicação da pobreza e/ou redução da desigualdade no país. O Bolsa Família (PBF), criado em 2003, é um programa cujo o objetivo é auxiliar famílias em situação de pobreza. O programa estabeleceu uma linha de pobreza em que o principal critério é a renda per capita. Rego e Pinzani (2013, p. 149) salientam que o problema de analisar a pobreza somente pelo critério da renda é que este último não diz tudo sobre o nível de bem-estar dos indivíduos, o que torna a sua definição e critérios, por vezes, imprecisos. Sendo assim, há ampla margem para definir os critérios de pobreza, criando a necessidade de uma visão multidimensional sobre a temática (Sen, 2000). Mas, o que as famílias beneficiárias consideram ser pobre no meio urbano? E que significados dão a pobreza? O objetivo neste work é dar voz e mostrar a visão do pobre sobre si mesmo, suas condições econômicas e as diferenças sociais que cercam seu cotidiano no local o qual residem. Ou seja, o que faz um indivíduo e/ou família ser colocada, classificada como pobre? Que critérios relacionados a bens e ao consumo estabelecem a condição de pobreza para as beneficiárias do programa e suas famílias? Portanto, a perspectiva aqui apresentada é da pobreza como um fenômeno social, complexo, histórico e com múltiplas dimensões. Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e técnicas de observação de cunho etnográfico e entrevistas em profundidade com beneficiárias do PBF. A pesquisa demonstra, através das beneficiárias do programa e suas famílias, uma diversidade de significados do que é ser pobre, e assim da pobreza. Significados que não são cristalizados na renda, embora esta seja mencionada. Bem como, a distinção entre as famílias com mais



condições? e as ?mais pobres? (estas beneficiárias do PBF), relacionadas à posse de certos bens, como carro e eletrodomésticos, mas também às condições da moradia e de vida, às características do work, à escolaridade e ao recebimento de alguma forma de assistência social. O recebimento do benefício como sinônimo de pobreza se mostra interessante, pois evidencia a heterogeneidades entre as famílias de baixa renda.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

